

PESQUISAS

REFLEXÕES SOBRE UMA *EPOCHAL WAR*: O BRASIL E SEUS VIZINHOS PLATINOS (1825-1870)

PEDRO HENRIQUE SOARES SANTOS*

THIAGO TREMONTE DE LEMOS**

Introdução

Pensar as relações entre Brasil e seus vizinhos da região platina não é algo novo: desde os tempos do Império o tema é revisto, discutido, reinterpretado. Estas reflexões apresentam nova forma de se analisar tais relacionamentos, a partir das considerações de John Keegan e de Carl von Clausewitz, utilizando, como ferramenta explicativa, da ideia de *epochal war* exposta por Philip Bobbitt.¹

A preocupação de Keegan ao longo de sua obra é mostrar a complexa natureza da guerra e negar a máxima aristotélica de que o homem é um “animal político”. Antes seríamos *animais culturais*, e a riqueza cultural da humanidade permitiria “aceitar nossa indiscutível potencialidade para a violência, mas também acreditar

* Graduando em História pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail: <pedimsoares@gmail.com>.

** Orientador da pesquisa e docente da Universidade de Brasília (UnB). E-mail: <tremontethiago@hotmail.com>.

¹ KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006; CLAUSEWITZ, Carl von. *Da guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 2010 e BOBBITT, Phillip. *The Shield of Achilles*. Nova Iorque: Achor Books, 2002.

que sua expressão é uma aberração cultural.”² Sendo assim, o comportamento humano tenderia à cooperação e à benevolência e suas disputas a serem resolvidas de outro modo que não a guerra:

É o espírito de cooperação, não o de confronto, que faz o mundo girar. A maioria das pessoas passa a maior parte de seus dias em um espírito de companheirismo e busca por quase todos os meios evitar a discórdia e propagar divergências. A urbanidade é considerada a melhor das virtudes comuns e a gentileza, o traço mais bem-vindo de caráter. [...] A política deve continuar; a guerra não.³

Como então articular tal enunciação com o aforismo Clausewitziano de que a guerra é “uma continuação das relações políticas, uma realização destas por outros meios”⁴? Talvez isso seja possível com a conceituação de *epochal war* de Philip Bobbitt:

Historians classify such epochal wars as constituting a single historical event because, despite often lengthy periods in which there is no armed conflict, the various engagements of the war never decisively settle the issues that manage to reassert themselves through conflict. [...] The goals of the warring states must be compromised or otherwise the means of pursuing those goals by violence will be taken up again. When constitutional issues come into play there is little room for compromise; the loss of issue can mean the loss of the state itself. [...] a single epochal war encompasses shorter wars, interposed with periods of little or no fighting, when a central issue links the constituent conflicts

² KEEGAN, op. cit., 2006, p. 19.

³ KEEGAN, op. cit., 2006, p. 492-493 e 499.

⁴ CLAUSEWITZ, op. cit., 2010, p. 27.

[...]. Therefore, whether an epochal war can be said to encompass other particular wars depends on what issues the historian believes was central to all the linked conflicts [...].⁵

É a partir deste entendimento que tentaremos explicar as guerras entre o Brasil e seus vizinhos. Os conflitos que surgiram entre tais países provieram não de uma posição belicista da política brasileira, mas antes pelas necessidades de afirmação e consolidação destes mesmos Estados – uma continuação da política.

Uma epochal war platina: Guerras da Cisplatina, contra Rosas e do Paraguai

Quais aspectos definiriam as guerras platinas como uma única guerra? O que liga todos esses conflitos? Por que a diplomacia e a “gentileza” não conseguiram resolver as questões pendentes entre os países? Para respondermos essas questões, passemos ao exame desses embates.

A guerra da Cisplatina (1825-1828) insere-se no contexto de desagregação dos impérios coloniais ibéricos e na formação dos

⁵ BOBBITT, op. cit., 2002, p. 21-22 e 23. Em tradução livre: “Historiadores classificam tais guerras epocais como consituindo um único evento histórico porque, a despeito de frequentes períodos em que não há conflito armado, os vários engajamentos da guerra nunca resolvem decisivamente os aspectos que se reafirmam durante o conflito. [...] Os objetivos dos Estados beligerantes devem chegar a termo ou outros meios de alcançá-los pela violência serão retomados. Quando aspectos constitucionais entram em cena, há pouco espaço para acordo; a derrota pode significar a perda do próprio Estado. [...] Uma única guerra epocal abrange guerra menores, entremeadas com períodos de pouca ou nenhuma luta, quando uma questão central liga os conflitos constitutivos [...]. Portanto, se há de se afirmar que uma guerra epocal abrange guerra menores depende de em que aspectos o historiador acredita serem centrais para todos os conflitos interligados.”

novos Estados na região platina. O território a leste do rio Uruguai fora disputado pelas Coroas peninsulares ao longo dos séculos XVII e XVIII, chegando ao clímax com a vinda da família real portuguesa para sua colônia americana em 1808. Seguro contra outros poderes europeus, Dom João VI empreendeu uma campanha expansionista para o Sul, invadindo a Banda Oriental em 1810 e depois entre 1816-1821, sempre em defesa da ideia de fronteiras naturais para o Brasil. Em 1821, Frederico Lécór, general português, reuniu uma assembleia de orientais para decidirem se ratificariam a incorporação ao Reino do Brasil. Por unanimidade, os representantes dos *cabildos* votaram pela anexação portuguesa, passando a integrar o império luso-brasileiro como Província Cisplatina.

No ano seguinte, o Brasil empreendeu seu processo de independência e, com o apoio de Lécór e de forças leais à causa brasileira, conseguiu manter a Cisplatina sob o domínio imperial. Nesse mesmo período, o antigo Vice-Reino do Rio da Prata já havia se desvincilhado de seus laços coloniais com a Espanha e lutava para se organizar como um Estado único sob o comando da antiga capital colonial, Buenos Aires. Com este propósito enviou uma missão diplomática ao Império em 1824 para reaver a Banda Oriental. Argumentaram que tendo sido conquistada pelas armas não deveria continuar apartada de seus irmãos hispano-americanos.⁶ O Império não

⁶ CALÓGERAS, João Pandiá. “A Independência da Cisplatina”. In: _____. *A política exterior do Império: o primeiro reinado*. Brasília: Senado Federal, 1998, p. 407.

cedeu sua província e tão firme manteve sua posição de que aquele país era naturalmente seu que o inscreveu em sua constituição, como um estado federado.

Em 1825 começou uma rebelião na província Cisplatina, que, até outubro do mesmo ano, permaneceu como uma sublevação interna a ser tratada pelo governo imperial. Contudo, seguidamente às vitórias das forças insurretas em Rincão das Galinhas e em Sarandí, o congresso da República das Províncias Unidas do Rio da Prata decidiu acatar a proclamação da Assembleia de Florida⁷ e declarou formalmente que aquele território lhe pertencia por laços históricos e se o Brasil não cedesse, anexá-lo-ia pela força. Em 10 de Dezembro de 1825, o Imperador declarou guerra à Argentina ordenou o bloqueio de seus portos.

Depois de pouco mais de dois anos de guerra, os países beligerantes, com a intermediação da Inglaterra, assinaram uma Convenção Preliminar de Paz, na qual se acordava a independência total e absoluta da região em disputa. Criava-se, assim, a República Oriental do Uruguai.

Quais eram os interesses de cada parte ao entrarem em conflito pela Banda Oriental? Para o Brasil era importante a manutenção da integridade territorial do Império, a abertura dos rios interiores, necessários para a comunicação com a província de Mato Grosso,

⁷ Assembléia Oriental que decretou nulos os atos de incorporação ao Império e decidiu pela incorporação às Províncias Unidas.

a defesa da honra do Brasil e do Imperador e impedir o aumento da fronteira entre os dois países. Para as Províncias Unidas pode-se elencar a vontade política de restaurar o antigo Vice-Reino do Rio da Prata sob a direção de Buenos Aires, fechar os rios interiores a embarcações de outros países, neutralizar a concorrência do porto de Montevidéu. Por detrás dos objetivos mais diretos desta guerra – e das demais, como se verificará adiante –, contudo, estava em jogo a própria organização dos Estados.

Perder uma província inscrita na Constituição e sob a proteção da Coroa para um país que adotava um sistema de governo considerado inferior punha em cheque a credibilidade das instituições monárquicas e do Estado brasileiro. Quando os reveses das batalhas chegaram à Corte, os deputados começaram a questionar: “como poderia uma pequena república como Buenos Aires contrapor-se a um gigante como o Brasil?”⁸ Revelador da importância dessa guerra para a própria existência deste Estado foi o agravamento da crise institucional entre o Parlamento e o Imperador quando do desfecho desfavorável dos embates, levando à abdicação deste no dia 7 de abril de 1831.

A guerra, para a República beligerante, era a oportunidade de formar um Estado unitário. Tal fato nos é indicado pela inexistência de uma constituição e de um governo federal no país anterior ao conflito. O pacto entre as províncias que conformavam o Estado era

⁸ RODRIGUES, Neuma Brilhante. *Nos caminhos do Império: a trajetória de Raimundo José da Cunha Mattos*. 2008. 242 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2008, p. 198.

frágil e foi a iminência das contendas que levou à aprovação de uma constituição unitária que dava poderes centrais suficientes para a consecução de um plano de guerra. Sua derrota levou à própria desagregação do Estado, pois, após a assinatura da paz, o governo federal e a constituição foram derrubados, a república mergulhou em um período de guerras civis e as províncias passaram a ter governos autônomos. Somente com a ascensão de Rosas na província de Buenos Aires é que apareceria mais uma vez um Estado próximo de uma centralização.⁹

Portanto, os objetivos políticos de ambas as partes levaram-nos à guerra. Ao fundo estava a consolidação e a afirmação de projetos de Estados que falharam e isto porque ambos perderam. Nenhum conseguiu alcançar seu propósito – nem a manutenção da Cisplatina, nem a anexação da mesma. E o país tampão passou a ser catalisador das disputas entre os dois países, uma vez que a proximidade com o Rio Grande do Sul arrastava “o governo imperial para o ‘torvelinho’ dos conflitos platinos.”¹⁰

Depois da Convenção de Paz em 1828, mas principalmente após a abdicação de Dom Pedro I em 1831, o Brasil praticamente deixou de atuar no Prata, voltando suas energias para sufocar as rebeliões internas que pulularam em todo o país durante o período regencial. No entanto, uma revolta em particular levou os estadistas

⁹ Paradoxalmente, Rosas, um *federale*, conseguiu realizar uma centralização política da Confederação Argentina.

¹⁰ FERREIRA, Gabriela. *O rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006, p. 146.

brasileiros a se preocuparem com os acontecimentos do Sul: a guerra dos Farrapos. Insurreição mais longa na história brasileira, a Farrou-pilha lançou o Império mais uma vez na confusão da política platina.

Rosas, governador da província de Buenos Aires e ditador da Confederação Argentina, apoiava os *blancos* uruguaios em sua luta contra os *colorados*, na chamada Guerra Grande. Durante o período de existência da República do Piratini, os *colorados* ajudavam os rebeldes farrapos, enquanto o governo rosista os hostilizava. A política imperial então entrou num empasse: se apoiasse os *blancos*, ou os deixasse empreender sua campanha sem opor-lhes força alguma, estes permitiriam a anexação da República Oriental à Confederação e esta poderia então fechar os rio interiores; apoiar os *colorados* não faria sentido nem seria possível, posto que os rebeldes do sul tinham o suporte do governo de Montevidéu. O Brasil, então, manteve-se neutro no conflito. Mesmo quando a revolta foi pacificada com o tratado de Poncho Verde, em 1845, o Império continuou com sua política de neutralidade em relação à Guerra Grande.¹¹ Os motivos dessa neutralidade são variados. Um deles refere-se à pressão inglesa pelo fim do tráfico de escravos e pela renovação dos tratados de comércio. Quando o tratado expirou e o ministro da Fazenda Alves Branco fez passar a lei, em 1844, que previa o aumento de impostos alfandegários, a

¹¹ Tentou-se o envio de uma missão diplomática em 1844 para tentar mobilizar os governos britânico e francês para intervirem, junto com o Brasil, no Prata. As potências europeias, contudo, ignoram o pedido brasileiro e agem bilateralmente em seu bloqueio ao rio da Prata.

Inglaterra intensificou sua ação no sentido de extinguir o tráfico. O governo imperial então utilizou todas as suas forças para resolver esse impasse, aprovando o fim do tráfico de escravos em 1850.

Mas havia dentro do parlamento brasileiro um grupo de deputados, sendo Montezuma o principal deles, que defendia a estrita neutralidade nos assuntos do Prata. Sempre defendeu que o Brasil não se intrometesse nos assuntos internos dos países vizinhos, da mesma forma que defendia que as potências estrangeiras não deveriam intervir no que competia somente ao Império decidir.¹² Essa postura foi adotada por mais de uma década até que os eventos no Prata e a ameaça cada vez maior de Rosas tornaram insustentável a simples neutralidade. A diplomacia falhara.

O Visconde do Uruguai, ministro dos Negócios Estrangeiros por duas vezes¹³, ao justificar a guerra contra Rosas ao Parlamento, em 29 de maio 1852, utilizou-se de um despacho do senador Saturnino em que se lê “[a guerra] estava iminente e que era inevitável.”¹⁴ A questão que se punha aos ministros era esta: o governo imperial mantinha uma política de neutralidade e deixava Rosas anexar o Uruguai e então dirigir seus esforços ao Paraguai, alargando as fronteiras com o Brasil para depois exigir-lhe o cumprimento das

¹² CERVO, Amado Luiz. *O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores (1826-1889)*. Brasília: UnB, 1981, p. 60.

¹³ Entre 1843-1844 e depois em 1849-1853.

¹⁴ CARVALHO, José Murilo de (Org.). *Visconde do Uruguai*. São Paulo: Editora 34, 2002, p. 618.

fronteiras do acordo de Santo Idelfonso de 1777; ou intervinha naquele momento para assegurar a independência da Banda Oriental, frear as ambições rosistas, manter a livre navegação dos rios e, com a derrota do ditador, negociar suas fronteiras com base no princípio do *uti possidetis*. Para justificarem a intervenção os políticos brasileiros argumentaram que os “interesses da pátria e da humanidade” estavam ameaçados pela ambição de Rosas e Oribe.¹⁵

Resolvidos os atritos com a Inglaterra, quebradas relações diplomáticas com a Confederação Argentina, munido de um *casus belli* e fortalecido economicamente, o Império partiu para guerra. Sabendo que sozinho a tarefa seria muito difícil, aliou-se a Justo José de Urquiza, caudilho entrerriano que estava insatisfeito com a liderança de Buenos Aires e de Rosas e tinha intenções de se sublevar. Juntos, em 1851, derrotaram Oribe no Uruguai e, com a declaração de guerra por parte de Rosas, marcharam para a Confederação e desbarataram as tropas do ditador na batalha de Monte Caseros em 1852.

O Brasil assegurava assim a livre navegação dos rios interiores, as independências do Uruguai e do Paraguai, impunha o *uti possidetis* como princípio para demarcação de terras com a república oriental¹⁶, sepultava de vez o projeto argentino de refazer o Vice-Reino do Rio da Prata, afirmava-se como potência na região e mostrava que não merecia a “comiseração” das potências

¹⁵ CERVO, op. cit., 1981, p. 61.

¹⁶ Tratado de Limites de 1851.

européias para lidar com seus próprios assuntos.¹⁷ A Coroa firmava-se no Brasil. Como derrotada, a Confederação ruiu. O país dividiu-se em dois: a Confederação, com a capital em Paraná, e Buenos Aires como província autônoma.

Podemos afirmar assim, que apesar de a política brasileira não ter se expressado como belicista, buscando antes a neutralidade e a resolução pacífica dos conflitos, a persecução de determinados objetivos políticos, tanto do Brasil quanto da Confederação dentro daquela conjuntura, impediria a solução de compromisso. O Brasil para se conservar unido precisava dos rios interiores argentinos e paraguaios abertos à navegação internacional, além de que para se legitimar como Estado não poderia ceder território a seus inimigos – caso fosse obrigado a aceitar suas fronteiras como as definidas pelo tratado de 1777. Rosas, por sua vez, queria restaurar o Vice-Reino do Rio da Prata sob o comando de Buenos Aires e sua ambição o levou à ruína.

Seria de imaginar que com as vitórias brasileiras e a hegemonia do Império na região, as guerras chegariam ao fim. Contudo, novas tensões surgiram com a tentativa de ascensão paraguaia como Estado influente no Prata.

O país guarani sempre esteve preocupado em garantir sua independência. A maneira que Francia, seu primeiro presidente, encontrou de manter-se livre foi isolando o Estado paraguaio dos demais. Carlos López, presidente do Paraguai de 1840 a 1862,

¹⁷ CARVALHO, op. cit., 2002, p. 618.

percebeu que o isolamento não seria capaz de deter Rosas e, portanto, buscou o auxílio do Brasil, obtendo o reconhecimento de sua independência em 1844.

As relações bilaterais Brasil-Paraguai começaram a deteriorar rapidamente assim que as missões diplomáticas para a definição das fronteiras entraram num impasse: o país guarani pretendia fixar suas fronteiras no Rio Branco e o Império queria o marco no Rio Apa, a partir do princípio da ocupação. O Visconde do Rio Branco assim descreveu a situação:

[...] achei o governo paraguaio pouco disposto a reconhecer a linha que sustentamos como limites entre os dois países. [...]. Ora, nenhum de nós sustentará que a questão de limites deva ser resolvida pelo meio da força, antes de esgotarmos todos os meios pacíficos. [...] Quando se trata com uma nação fraca, não queiramos só resolver as questões à valentona, porque pode haver também uma nação forte que nos queria aplicar a pena de Talião. É necessário que sejamos moderados, prudentes e justos para com todos.¹⁸

Além desta questão de fronteiras, serviu para envenenar ainda mais a relação entre estes Estados a preocupação de Carlos López de que o Brasil, derrotada a Confederação Argentina, tivesse as mesmas intenções expansionistas que Rosas, tal como, mais um vez, aponta Rio Branco:

[...] tendo desaparecido da cena o ditador Rosas, o governo do Paraguai, que se mostrava íntimo amigo do Brasil [...] dada uma suposta intervenção do Império com a França e a Inglaterra, o governo do Paraguai, então, deixou-se possuir de prevenções contra o Brasil; receou

¹⁸ FRANCO, Alvaro da Costa (Org.). *Com a palavra, o visconde do Rio Branco*: a política exterior no parlamento imperial. Rio de Janeiro/Brasília: CHDD/FUNAG, 2005, p. 230; 232 e 233.

que, ufanos com os resultados que havíamos alcançado nas margens do Prata, nos tornássemos ambiciosos e quiséssemos substituir o ditador Rosas em seus desígnios contra a República do Paraguai!¹⁹

Em 1862, novos fatos mudaram os rumos da política no Prata. Carlos López morreu e ascendeu seu filho Solano López ao poder; fundou-se a República Argentina pelo presidente Mitre após sua vitória na Batalha de Pavón sobre Urquiza; subiu no Brasil um gabinete liberal.

Carlos López, em seu leito de morte, chegou a aconselhar seu filho a não tratar as questões pendentes do Paraguai com a força, mas antes com a diplomacia, principalmente com o Brasil. Solano López, contudo, não seguiu seu conselho e continuou a armar seu país com o objetivo de exercer uma política externa mais ativa a partir da ideia de equilíbrio de Estados para deixar de ceder os interesses de sua nação às duas potências que o cercavam.

A paz na região foi quebrada no Uruguai: *colorados* e *blancos* iniciavam mais uma vez uma guerra civil em 1863. Desta vez, no entanto, Brasil e Argentina apoiaram o mesmo lado, os *colorados*, deixando para a outra facção senão a tentativa de aliança com o Paraguai. O país guarani protestou diante das atitudes tomadas em favor dos *colorados* e ameaçou de retaliação tanto o Império quanto a República Argentina. Estas intimidações, entretanto, não foram levadas a sério por nenhum dos dois países. Quando, em 1864, o Brasil deu um ultimato ao governo *blanco* em Montevideú prometendo resposta armada pelos abusos cometidos contra súditos imperiais, Solano López

¹⁹ FRANCO, op. cit., 2005, p. 209.

respondeu com outro ultimato ao Império, alertando que caso este invadisse o Uruguai haveria consequências. O aviso foi ignorado e forças brasileiras adentraram a Banda Oriental para auxiliar Venâncio Flores em 16 de outubro. Em 12 de novembro, o vapor *Marquês de Olinda* foi preso, pelo que se seguiu o rompimento das relações entre Brasil e Paraguai. Em 13 de dezembro, o Paraguai declarou guerra ao Império e invadiu a província do Mato Grosso. Em 18 de março de 1865, o país guarani declarou guerra à Argentina, uma vez que esta se negou a liberar a passagem de tropas paraguaias pela província de Misiones. Com a ascensão de Flores no Uruguai em fevereiro de 1865, os três países se uniram e formaram a Tríplice Aliança contra o Paraguai.

O maior conflito da América do Sul durou até 1º de março de 1870, quando o ditador paraguaio foi morto em Cerro Corá. Em 27 de julho foi assinado um acordo de paz. A demora em terminar a guerra tem múltiplas causas: o Brasil passou a lutar e financiar sozinho as hostilidades após o primeiro ano de contenda; o governo imperial sofreu grandes problemas de logística para transportar e suprir suas tropas no país invadido; as defesas paraguaias eram bem preparadas e ultrapassá-las foi tarefa difícil; soma-se ainda a incompetência tática de alguns comandantes brasileiros e a obstinação do Imperador em fazer cumprir o tratado da Tríplice Aliança que estipulava que a guerra só acabaria com a saída de Solano López do país.²⁰

²⁰ BETHELL, Leslie. Todos contra o Paraguai. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos-revista/todos-contra-o-paraguai>>. Acesso em: 16 jul. 2012.

O fim da guerra foi catastrófico para o Paraguai. Escolhendo o caminho da agressão e não “o espírito de cooperação”, o ditador paraguaio levou o seu país à destruição.²¹ Estima-se que entre 15% e 20% da população paraguaia tenha perecido, tanto por doenças quanto pelos combates. O país perdeu 40% de seu território e o que restou de seu Exército foi desarmado. Sua economia foi à ruína e o início de seu desenvolvimento, retardado.²²

Embora a Argentina não tenha alcançado todas as suas pretensões territoriais, saiu ganhando com o fim do projeto paraguaio de potência e consolidou sua unificação sob a direção de Buenos Aires. A guerra, para o Brasil, significou o início da decadência imperial, com a bancarrota de sua economia e as mudanças significativas nas Forças Armadas – que passaram a reivindicar cada vez mais espaço político. Contudo, todos os seus objetivos políticos foram conquistados: obteve o território reivindicado entre o rio Apa e o rio Branco, assegurou a livre navegação dos rios Paraná e Paraguai e manteve o país guarani sob sua influência. Sua hegemonia na região estava consolidada.²³

E assim terminou a *epochal war* platina. O que ligou todos esses conflitos? A necessidade de afirmação destes Estados a partir de determinados princípios. Para o Brasil, o vencedor incontestado da

²¹ KEEGAN, op. cit., 2006, p. 492.

²² BETHELL, op. cit., 2012.

²³ BETHELL, op. cit., 2012.

longa guerra, consolidou um Estado centralizado, assegurou a livre navegação dos rios interiores e, portanto, a integração da Corte com suas províncias mais afastadas, a demarcação de suas fronteiras a partir do princípio do *uti possidetis* e alcançou a hegemonia sobre o Uruguai e o Paraguai.

Mas, afinal, a política brasileira foi belicista? Sustenta-se que não. Antes de cada guerra o Império sempre tentou negociar, escolhendo a força do direito antes do uso da violência.²⁴ Lembremo-nos ainda de que somente em duas dessas três contendas o Brasil iniciou as atividades militares e que a oposição à política intervencionista foi intensa, encontrando sua expressão máxima em Montezuma.

Pode-se afirmar, portanto, que o Império buscou outras maneiras de lidar com seus problemas externos. Contudo, quando sua diplomacia falhou, levou seus objetivos políticos a outra esfera: a da guerra. Estava em jogo, como argumentado, a própria existência do Estado, e, dessa forma, ceder aos inimigos antes de se esgotarem todas as alternativas, a militar inclusa, não era uma opção. Resolvidas as questões pendentes entre Brasil e seus vizinhos, prevaleceu o “espírito de companheirismo”.²⁵

²⁴ CERVO, op. cit., 1981, p. 15.

²⁵ KEEGAN, op. cit., 2006, p. 492.

Referências

Bibliografia

- BETHELL, Leslie. Todos contra o Paraguai. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos-revista/todos-contra-o-paraguai>>. Acesso em: 16 jul. 2012.
- BOBBITT, Phillip. *The Shield of Achilles*. Nova Iorque: Achor Books, 2002.
- CALÓGERAS, João Pandiá. “A Independência da Cisplatina”. In: _____. *A política exterior do Império: o primeiro reinado*. Brasília: Senado Federal, 1998.
- CARVALHO, José Murilo de (Org.). *Visconde do Uruguai*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- CERVO, Amado Luiz. *O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores (1826-1889)*. Brasília: UnB, 1981.
- CLAUSEWITZ, Carl von. *Da guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- FERREIRA, Gabriela. *O rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006.
- FRANCO, Alvaro da Costa (Org.). *Com a palavra, o visconde do Rio Branco: a política exterior no parlamento imperial*. Rio de Janeiro/Brasília: CHDD/FUNAG, 2005.
- KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RODRIGUES, Neuma Brilhante. *Nos caminhos do Império: a trajetória de Raimundo José da Cunha Mattos*. 2008. 242 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2008.

Recebido em 15 de março de 2013; aprovado em 17 de junho de 2013.